



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ASSU
PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DE DIREITO**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Ao receber o caderno de provas e a folha de respostas, **preencha os campos de identificação do candidato.**
2. Quando autorizado pelo fiscal da sala, **confira** se o caderno contém: 40 (quarenta) questões de múltipla escolha e uma subjetiva.
3. Antes de iniciar a prova, confira o caderno. Caso esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição. **Reclamações posteriores não serão aceitas.**
4. Não será permitida consulta a qualquer tipo de texto, nem empréstimo ou comunicação entre os candidatos durante a realização das provas.
5. **A duração da prova é de 4 (quatro) horas**, não prorrogável, incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento das respostas.
6. Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e **entregue o caderno de provas e a folhas de respostas da prova.**
7. O não atendimento a qualquer uma das determinações constantes do caderno de prova ou orientações passadas durante o exame poderá implicar na eliminação do candidato.
8. A divulgação do gabarito e dos prazos para interposição de recursos será realizada através do site <http://www.prrn.mpf.mp.br>.

BOA PROVA!

CPF	INSTITUIÇÃO DE ENSINO
NOME	

CONSTITUCIONAL

1- Nos termos da Constituição Federal, o filho de pai brasileiro e mãe estrangeira, nascido no exterior será:

- a) estrangeiro, em qualquer hipótese.
- b) brasileiro naturalizado, desde que resida no Brasil por dez anos ininterruptos, sem condenação penal, e requeira a nacionalidade brasileira.
- c) brasileiro nato, se, quando de seu nascimento, o pai estiver a serviço da República Federativa do Brasil.
- d) brasileiro naturalizado, desde que registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir no Brasil e opte, a qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

2 – Assinale a alternativa que seria incompatível com as normas constitucionais garantidoras de direitos fundamentais.

- a) a interceptação de comunicações telefônicas, para fins de investigação criminal, por determinação da autoridade policial competente.
- b) a entrada na casa, sem consentimento do morador, em caso de flagrante delito, durante a noite.
- c) a reunião pacífica, sem armas, em local aberto ao público, independentemente de autorização, mediante aviso prévio à autoridade competente.
- d) o estabelecimento de restrições, por lei, à entrada ou permanência de pessoas com seus bens no território nacional.

3 – A Súmula Vinculante nº 37, do Supremo Tribunal Federal, publicada em 24/10/2014, estabelece:

“Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.”

Diante disso, e à luz do que dispõe a Constituição Federal relativamente às súmulas vinculantes, eventual decisão judicial de primeira instância que aumentasse vencimento de servidor público, sob o fundamento de isonomia, poderia ser objeto, perante o Supremo Tribunal Federal, de:

- a) arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- b) reclamação.
- c) recurso ordinário.
- d) ação direta de inconstitucionalidade.

4 – Constitui um dos objetivos da República Federativa do Brasil, previsto no art. 3º da Constituição Federal:

- a) combater a fome.
- b) garantir uma renda mínima a todo cidadão.
- c) erradicar o analfabetismo.
- d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

5 – Dentre os direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal estabelece:

- a) é livre a manifestação do pensamento, inclusive de forma anônima.
- b) é garantido o direito de propriedade, independente de sua função social.
- c) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação após a aprovação de licença.
- d) ninguém será privado de direitos por motivo da crença religiosa ou de condição filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

6 – O Ministério Público da União compreende, além do Ministério Público Federal,

- a) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça.
- b) os Ministérios Públicos dos Estados, e tem por chefe o Procurador-geral da República.
- c) o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e tem por chefe o Procurador-Geral da República.
- d) o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e tem por chefe o Promotor de Justiça.

7 – Considere as seguintes afirmações:

- I. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais difusos.
- II. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- III. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos,

permitida a recondução.

IV. Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, e o mais votado será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Estão corretas apenas:

- a) II e III.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) I e IV.

ADMINISTRATIVO

8 – A Constituição Federal estabelece, em seu art. 37, como princípios da Administração Pública os seguintes:

- a) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) legalidade, impessoalidade, transparência, publicidade e economicidade.
- c) legalidade, solidariedade, ética, transparência e eficiência.
- d) legalidade, solidariedade, moralidade, publicidade e eficácia.

9 – Qual é o requisito de validade do ato administrativo que corresponde a “o círculo definido por lei dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua atividade”? (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual do Direito Administrativo. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 106)

- a) Motivo.
- b) Competência.
- c) Objetivo.
- d) Forma.

10 – Constitui modalidade de delegação de prestação de serviço público a:

- a) Atribuição.
- b) Nomeação.
- c) Concessão.
- d) Encampação.

11 – Assinale a alternativa que NÃO possui uma característica da autarquia:

- a) Os seus bens são públicos.
- b) A sua criação ocorre apenas por lei complementar.
- c) Em regra, suas contratações devem ser realizadas mediante licitação.
- d) Possui personalidade jurídica.

12 – São subordinados ao regime da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, EXCETO:

- a) Órgãos da administração direta e indireta.
- b) Fundos especiais.
- c) Órgãos da administração direta, fundações públicas e sociedades de economia mista.
- d) Entidades não controladas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13 – Acerca dos órgãos públicos, assinale a opção correta.

- a) A teoria da representação é a tese atualmente adotada pela doutrina brasileira para legitimar a atuação do agente público em nome da pessoa jurídica de direito público.
- b) Órgão público possui personalidade jurídica.
- c) Órgão pode integrar a estrutura de uma pessoa jurídica da Administração Indireta.
- d) A criação de um órgão público constitui exemplo de descentralização administrativa.

14 – Quanto à improbidade administrativa, é correto afirmar:

- a) a todo servidor que se reconhecer a prática de ato de improbidade, também lhe será imposta a obrigação de ressarcir valores pecuniários ao erário público.
- b) o ato de improbidade, em si, constitui crime cuja sanção consiste em perda da função pública e suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 8 anos.
- c) ato que cause lesão ao erário, por meio de ação culposa, não constitui ato de improbidade administrativa, por ausência de vontade direcionada intencionalmente para esta finalidade.
- d) na ação de improbidade, eventual indenização reverterá em benefício da pessoa jurídica prejudicada.

DIREITO CIVIL

15 – Acerca da prescrição e da decadência, assinale a opção correta.

- a) É permitido às partes alterar o prazo de prescrição, caso essa alteração não cause prejuízo a terceiros.
- b) A prescrição pode ser objeto de renúncia, de forma expressa ou tácita.
- c) A prescrição não pode ser alegada por terceiros.
- d) A prescrição e a decadência acarretam a perda da pretensão.

16 – Acerca da personalidade e da capacidade das pessoas naturais, assinale a alternativa correta.

- a) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, de alguém que, feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.
- b) Segundo expressa previsão do Código Civil, os índios são incapazes relativamente a certos atos ou à maneira de exercê-los.
- c) Com exceção dos absolutamente incapazes, toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.
- d) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os excepcionais sem desenvolvimento mental completo e os pródigos.

17 – O domicílio da pessoa natural será:

- a) O seu lugar de nascimento, caso ela tenha várias residências.
- b) O lugar onde ela exerça suas relações concernentes aos estudos, quando diferente do lugar onde estabeleça a sua residência.
- c) O lugar onde ela estabelecer a sua residência com ânimo definitivo.
- d) O lugar onde ela for encontrada, mesmo quando tiver residência habitual em outro lugar.

18 – Assinale a alternativa correta, no que se refere à decadência:

- a) Apenas a parte beneficiada pode renunciar à decadência, desde que o prazo decadencial esteja fixado em lei.
- b) Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, que se extingue, pela decadência, nos prazos previstos no Código Civil.
- c) Conforme previsão do Código Civil, em regra, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- d) Tratando-se de decadência convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, vedando-se ao juiz suprir a alegação.

19 – Considerando que a União seja proprietária de um imóvel no qual esteja instalada uma agência do INSS, assinale a opção correta a respeito desse bem, conforme o Código Civil.

- a) Trata-se de bem público de uso comum, uma vez que é acessível aos que necessitarem dos serviços lá prestados.
- b) Consiste em bem de uso especial, e sua alienação será vedada enquanto ele conservar tal qualidade.
- c) Por ser bem dominical, é possível a sua alienação por notório interesse público.
- d) Trata-se de bem particular, tendo em vista que é utilizado pelo INSS.

20 – Com base no Código Civil, acerca da personalidade e da capacidade jurídica, assinale a alternativa correta.

- a) A pessoa jurídica, assim como a física, é capaz de direito e deveres na ordem civil.
- b) As crianças e os adolescentes com menos de dezoito anos de idade são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- c) Por se tratar de direito da personalidade, o ato de disposição gratuita de parte do próprio corpo após a morte, para fins altruísticos, é intransmissível e irrevogável.
- d) O início da personalidade civil das pessoas físicas ocorre com a concepção, e o das associações de direito privado, com a inscrição de seus atos constitutivos no registro, desde que tenham sido previamente aprovados pelo Poder Executivo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21 – Assinale a alternativa INCORRETA acerca do Ministério Público e da audiência de instrução e julgamento, a teor do disposto no Novo Código de Processo Civil.

- a) Intervindo nos processos como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.
- b) Considerando o princípio da publicidade dos atos processuais, a audiência será sempre pública.
- c) O Ministério Público, atuando como fiscal da ordem jurídica, intervirá nos processos que envolvam litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.
- d) O Ministério Público possui prazo em dobro para manifestação nos autos, não se aplicando o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.

22 – Assinale a alternativa correta.

- a) Ao pronunciar a nulidade dos atos, o juiz mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta, mesmo quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade.
- b) O juiz dirigirá o processo incumbindo-lhe prevenir ou reprimir qualquer ato atentatório à dignidade da justiça e deferir todas as postulações das partes.
- c) A nulidade decorrente da ausência de intervenção do Ministério Público nos processos em que deveria atuar somente pode ser decretada após a manifestação do membro do Ministério Público sobre a existência ou inexistência de prejuízo.
- d) O escrivão ou chefe de secretário não pode praticar, de ofício, atos meramente ordinatórios.

23 – De acordo com as disposições do Código de Processo Civil sobre as comunicações dos atos processuais, assinale a alternativa correta.

- a) A citação não será feita, salvo para evitar o perecimento do direito, de noivos, nos 3 (três) primeiros dias seguintes ao casamento.
- b) A intimação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.
- c) A citação por hora certa ocorrerá quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado pelo citando em seu domicílio ou residência e não o encontrar.
- d) Será determinada pelo juiz a citação por edital quando o oficial de justiça, após procurar o citando em sua residência ou domicílio, por 2 (duas) vezes, não o encontrar, e certificar no mandado haver suspeita de ocultação.

24 – Com relação aos prazos processuais, assinale a alternativa correta.

- a) As fundações de direito público terão prazo em quádruplo para contestar as ações.
- b) A União terá prazo quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- c) Os Estados terão prazo em dobro para recorrer e simples para responder a recursos.
- d) A Defensoria Pública terá prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.

25 – Após o início do prazo de quinze dias para contestar a demanda, o réu apresentou contestação no oitavo dia do prazo. Contudo, no décimo quarto dia do prazo, optou o demandado por protocolizar uma nova peça contestatória, deduzindo nela linha defensiva diversa daquela exposta em sua primeira peça. Tomando por base essa situação, o juiz deve:

- a) receber a segunda contestação, já que ofertada ainda no prazo legal.
- b) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão consumativa.
- c) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão lógica.
- d) receber a segunda contestação, em observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

26 – A possibilidade de concessão, pelo juiz da causa, de tutela antecipatória do mérito, inaudita altera parte, em razão de requerimento formulado nesse sentido pela parte autora em sua petição inicial, está diretamente relacionada ao princípio:

- a) do juiz natural.
- b) da inércia da jurisdição.
- c) do contraditório.
- d) da inafastabilidade da jurisdição.

27 – São condições para o regular exercício da ação:

- a) Legitimidade ad causam e demanda regularmente formada.
- b) Legitimidade ad causam e interesse de agir.
- c) Interesse de agir e competência do juízo.
- d) Possibilidade jurídica do pedido e competência do juízo.

DIREITO PENAL

28 – Com relação à aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

- a) A lei penal admite a realização de interpretação analógica pelo legislador, como, por exemplo, ao dispor que os crimes serão qualificados se cometidos com o emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel.
- b) A lei temporária, decorrido o período de sua duração, não mais se aplica aos fatos praticados durante sua vigência.
- c) Não há crime ou contravenção penal sem que decreto ou lei os definam anteriormente, devendo a imputação de pena ser anterior à cominação legal.
- d) Na contagem do prazo penal, incluem-se o dia do início e o dia do final; por essa razão, incluem-se no cômputo das penas privativas de liberdade as frações de dia.

29 – Acerca dos princípios da legalidade e da anterioridade, da lei penal no tempo e no espaço e da contagem de prazo, assinale a opção correta.

- a) Conforme previsão do Código Penal, o tempo do crime é o momento da ação ou omissão que coincida com o momento do resultado.
- b) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, sendo irrelevante o lugar onde ocorreu o resultado.
- c) Se determinado crime tiver sido praticado no dia 1º/2/2017, a contagem dos prazos penais, nesse caso, terá iniciado em 1º/2/2017.
- d) Exceto se já decididos por sentença transitada em julgado, a lei posterior que de qualquer modo favorecer o agente aplica-se aos fatos anteriores.

30 – Acerca do estado de necessidade, assinale a opção INCORRETA.

- a) O estado de necessidade, segundo o Código Penal brasileiro, pode ser classificado como causa de exclusão de ilicitude ou de culpabilidade.
- b) Ocorre o estado de necessidade agressivo quando a conduta do agente sacrifica bens de pessoa não responsável pela situação de perigo.

- c) Exige-se um elemento subjetivo para que seja caracterizado o estado de necessidade, sendo imprescindível que o agente atue com o objetivo de salvar um bem ou interesse jurídico do perigo.
- d) A inexistência de outro meio para evitar o perigo é requisito indispensável para o reconhecimento do estado de necessidade.

31 – Considera-se causa de exclusão da culpabilidade:

- a) o estrito cumprimento do dever legal.
- b) o erro de proibição inevitável.
- c) a semi-imputabilidade.
- d) a coação moral resistível.

32 – Os elementos do fato típico incluem:

- a) conduta, resultado, nexos causal e tipicidade.
- b) dolo, nexos de causalidade, resultado e antijuridicidade.
- c) culpa, dolo, nexos causal e imputabilidade.
- d) dolo, nexos causal, tipicidade e potencial consciência da ilicitude.

33 - Caso um funcionário público, responsável pela fiscalização de reserva ambiental, permita, por amizade, que seus amigos pesquem em época proibida, também conhecida como período de defeso, esse funcionário praticará

- a) o crime de condescendência criminosa.
- b) o crime de desobediência.
- c) o crime de prevaricação.
- d) apenas infração administrativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

34 – Sobre a prisão preventiva, assinale a alternativa correta.

- a) somente pode ser decretada no curso do inquérito policial.
- b) é admissível sem exibição de mandado judicial, desde que se trate de infração punida com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.
- c) pode ser decretada para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver suspeita de existência do crime e da autoria.
- d) pode ser decretada por conveniência da instrução criminal, quando houver prova da existência do

crime e indício suficiente de autoria.

35 – Sobre as citações e intimações, nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar:

- a) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.
- b) Verificando-se que o réu se oculta para não ser citado, a citação far-se-á por edital, com o prazo de 5 dias.
- c) A intimação do Ministério Público é sempre pessoal.
- d) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva.

36 – José foi indiciado em inquérito policial que apura a prática do delito de estelionato contra seu ex-empregador. Diante disso, assinale a alternativa correta.

- a) Diante da constatação de que se trata, na verdade, de ilícito civil, a autoridade policial poderá determinar o arquivamento dos autos de inquérito.
- b) A vítima poderá requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
- c) Sem inquérito policial, não poderá, posteriormente, haver a propositura de ação penal.
- d) Este inquérito somente pode ser instaurado porque houve representação da vítima.

37 – Em relação aos recursos no processo penal, é correto afirmar que:

- a) cabe recurso em sentido estrito da decisão que não receber a denúncia.
- b) o Ministério Público pode desistir, a qualquer tempo, do recurso que haja interposto.
- c) cabe apelação da decisão que conceder *habeas corpus*.
- d) a revisão criminal somente é admissível antes da extinção da pena.

38 – Com relação à Ação Penal, de acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) No caso de ação penal pública dependente de representação, esta será irretratável depois de oferecida a denúncia.
- b) o direito de representação somente poderá ser exercido pessoalmente, mediante declaração escrita.
- c) apenas a vítima poderá provocar a iniciativa do Ministério Público nos casos em que caiba ação penal pública incondicionada.

d) se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o ofendido poderá promover ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública.

39 – João é prefeito municipal, tendo assumido o mandato em 1º de janeiro deste ano. Ante a notícia de que, em 2015, teria praticado delito de apropriação indébita previdenciária, previsto no art. 168-A, do Código Penal, na qualidade de sócio-administrador de uma empresa de revenda de automóveis, a competência para processá-lo e julgá-lo agora por tal crime é do:

- a) juízo de primeiro grau da respectiva seção judiciária onde ocorreu o delito.
- b) Tribunal de Justiça do Estado onde teria ocorrido o delito.
- c) Tribunal Regional Federal do local onde teria ocorrido o delito.
- d) Superior Tribunal de Justiça.

40 - Em relação aos crimes de autoria coletiva, ocorridos no seio de pessoa jurídica, é INCORRETO afirmar que:

- a) pode ser processada denúncia vaga e genérica, cabendo exclusivamente à instrução processual o debate acerca do efetivo exercício da gestão empresarial.
- b) a denúncia não precisa minudentemente descrever a conduta de cada um dos acusados.
- c) não é inepta a denúncia que atribui a prática de fato penalmente típico e que enseja pleno exercício do direito de defesa.
- d) a denúncia deve descrever de forma clara e suficiente a conduta delituosa.

QUESTÃO SUBJETIVA

Disserte, em 60 (sessenta) linhas, sobre a possibilidade de o Ministério Público Federal realizar diretamente investigação criminal.